



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **POR UMA EDUCAÇÃO DOS OUTSIDERS: INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI 10.639 E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DA RASA**

Autor: Thyago Faria de Araújo  
Licenciado em Geografia pela UERJ/FFP  
tfaffp@hotmail.com

Co-autor: Raphael Luis Silva da Costa  
Graduado em Geografia pela UERJ/FFP  
lcraphael@hotmail.com

Co-autor: Gabriel Siqueira Correa  
Mestrando em Geografia no programa de Pós-Graduação da UFF  
gabrielgeo@hotmail.com.br

### **Introdução**

Diversos autores do pós-colonialismo vêm, nas últimas décadas, ganhando espaço dentro do campo científico com uma crítica ao capitalismo que reconhece diversas possibilidades de relações de domínio-subjugação. Em outras palavras, trata-se de uma crítica não eurocêntrica ao eurocentrismo como uma resposta aos que vêm no marxismo a única forma de contestação e de saída das situações de exploração engendradas pelo capital. Essa crítica tem como objeto de análise as várias estratégias da modernidade para assegurar a existência do seu avesso: a colonialidade. Dentre as variadas estratégias de dominação/exploração/hierarquização uma é ressaltada por este trabalho, a racial. A raça é um fator crucial para a asseguarção do capitalismo a partir da inferiorização de povos não brancos, através da produção de estigmas e estereótipos de sociedades e espaços.

Para Grosfoguel (2005), ao contrário da visão eurocêntrica/economicista-reducionista, as relações raciais, sexuais, espirituais, epistêmicas e de gênero não são apêndices das estruturas econômicas e políticas do Sistema-Mundo Capitalista, mas sim parte integral e constitutivas das relações de poder que caracterizam o Sistema-Mundo Moderno-Colonial.

Toda essa discussão é trazida, num movimento ainda em construção, para a esfera do currículo, resignificando as suas teorizações.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Alguns teóricos do currículo<sup>1</sup> apontam a necessidade de considerá-lo a partir de algumas dimensões que o compõe. Verifica-se uma disjunção entre intenção e realidade, onde há um distanciamento do currículo praticado para o oficial, o que é fruto de diversas implicações, como o tempo de aula e as disputas entre os diferentes atores pedagógicos, havendo todo um tensionamento de forças que faz com que nem sempre o que é planejado seja trabalhado.

Esses jogos de poder fazem da educação um cenário de constante disputa, no qual interferem múltiplas variáveis. A esse respeito Lopes (2006) nos diz que há um discurso hegemônico que cria instrumentos de homogeneização nas políticas de currículo, através do: i) discurso da cultura comum; ii) discurso da performatividade. O primeiro coloca a necessidade da seleção dos saberes mais legítimos e socialmente mais valorizados, priorizando o currículo como repertório de símbolos e significados em detrimento do currículo enquanto produção cultural. O discurso da performatividade se instaura como uma forma de regulação dos sujeitos, ao apregoar o julgamento, a comparação, a competição e a responsabilização. Desse jeito os indivíduos são vistos a partir da sua performance, e criados para ver o conhecimento segundo o seu valor de troca (vantagens, um bom emprego, carro, casa, etc.) e não pelo seu valor de uso (para resignificar-se enquanto sujeito), passando este a ser algo passível de mensuração e todo conhecimento não adequado a ser apurado tem menor importância. Há então a defesa de um currículo comum, o que requer instrumentos de homogeneização como as práticas de avaliação centradas no resultado (nos mais diversos níveis da educação, como a Prova Brasil, ENEM, ENAD, etc.) e os livros didáticos como guias da prática docente.

Segundo Lopes tais discursos hegemônicos constituem e são constituídos por disposições prescritivas<sup>2</sup> que visam à formação para suprir as necessidades econômicas.

---

<sup>1</sup> Entendemos aqui a palavra currículo como uma denotação do conteúdo de uma área de estudos particular ou referente ao programa total de uma instituição de ensino, embora uma análise mais complexa do currículo vá além da simples disposição de conteúdos.

<sup>2</sup> Currículo prescritivo, segundo Goodson (2007), é aquele visto enquanto mecanismo de reprodução das relações de poder para a manutenção do *Status Quo* e instrumento de direção e controle da prática docente, onde “a especialização e o controle são inerentes ao governo central, às burocracias educacionais e à comunidade universitária. Desde que ninguém desvele essa mística, os mundos da ‘prescrição retórica’ e da ‘escolarização como prática’ podem coexistir (...) as escolas são vistas como ‘distribuidoras’” (GOODSON, 2007: 242)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Portanto, verifica-se uma série de problemáticas que se colocam como entraves para o trabalho docente, onde qualquer prática educacional que se choque com o mito da prescrição irá encontrar resistências de múltiplos atores e do próprio sistema educacional. Este fato tem contribuído para que o currículo escolar - e as disciplinas que o compõe - opere com uma matriz eurocentrada, ressaltando geografias, histórias, matemáticas, literaturas, etc. que refletem o ponto de vista da modernidade europeia e sufocando outras.

No entanto, no ano de 2003 cria-se um aparato legal que abre a possibilidade de uma revisão desta matriz eurocentrada do currículo escolar com a aprovação da Lei Federal 10.639/03<sup>3</sup>. Porém, como salienta Pereira (2008), há toda uma acomodação do sistema educacional que faz com que a Lei 10.639 entre no grupo das “leis que não pegaram!”. Se tal Lei se faz presente é por uma necessidade social e epistemológica, não que essas duas dimensões se encontrem separadas, mas pelo contrário, há uma imbricação entre elas que faz com que a inferiorização e a marginalização do negro sejam construídas dentro do espaço escolar e difundidas para as estruturas da sociedade.

Diante desses fatos temos que nos indagar sobre: qual a pertinência da Lei 10.639? Que rumos tomaram a Lei dentro das escolas? Como vem sendo - ou não - aplicada a Lei? E, por fim, como a Geografia pode e deve contribuir para atender seus apontamentos?

Foi esta a preocupação que incentivou esta pesquisa, que se traduz num conjunto de questões: Diante de uma interpretação da Lei tida, *a priori*, como “conservadora” - houve a criação de uma Disciplina para atender a Lei Federal 10.639/03 na Rede Municipal de Armação dos Búzios - como se portaram os professores de Geografia no que concerne a implementação da Lei dentro do referencial teórico-metodológico da sua Disciplina? E que discussões realizava esta nova Disciplina? Como se deu esta experiência única no Estado do Rio de Janeiro de criação de uma Disciplina específica para trabalhar os conteúdos colocados pela Lei? Qual a importância desse trabalho para a cidade, visto que num de seus bairros - Rasa - está situada uma Comunidade

---

<sup>3</sup> A Lei Federal 10.639, aprovada em 09 de janeiro de 2003, tornou obrigatório em todo o currículo escolar, o ensino da História da África e dos Africanos e da História da Cultura Afro-Brasileira nas instituições públicas e privadas no nível básico de ensino



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Remanescente de Quilombo? Qual a atuação dessa Comunidade Quilombola nesse processo de implementação da Lei?

### **Apresentando a pesquisa**

Esta pesquisa é um estudo de caso de uma tentativa de implementação da Lei 10.639 a partir da criação de uma disciplina – Estudos Afro – na rede municipal de Armação dos Búzios. No entanto teve como recorte analítico o bairro da Rasa, por nele estar situada uma Comunidade Remanescente de Quilombo. A metodologia foi desdobrada em um processo de análise que passou por três dimensões: i) analisar a disciplina Estudos Afro, suas matrizes curriculares (currículo oficial), através da problematização da ementa oficial da disciplina e do “confronto” desta com o currículo praticado pelos professores – através de entrevistas com docentes e com alunos e análise de materiais - verificando o que tem de Geografia no escopo da disciplina; ii) analisar a disciplina de Geografia, verificando como se dá a relação com a disciplina Estudos Afro, ou seja, se com a criação de uma nova disciplina o ensino de Geografia nas escolas foi negligente em seu papel na aplicação da Lei, o que foi feito através de entrevistas e questionários; iii) analisar como esses alunos, em sua maioria negros e descendentes direto de quilombolas se enxergam a partir das duas disciplinas, através de entrevistas com alunos, gestores, professores, coordenadores e membros da comunidade remanescente do quilombo da rasa; análises de materiais e trabalhos dos alunos.<sup>4</sup>

O bairro da Rasa, local onde a pesquisa foi realizada, tem uma realidade sócio-espacial marcada pelo descaso e por uma menor importância dada pela administração municipal. Como bem disse um político local “a Rasa é o lado negro de Búzios das mil maravilhas”. A metáfora foi atacada pelo Movimento Negro local como uma atitude racista, uma vez que a população do bairro é predominantemente negra e descendente de escravos. Há claramente um corte racial que faz do bairro da Rasa a periferia do Município. Há cerca de três décadas a população do bairro tinha na agricultura e na pesca artesanal a sua principal fonte de vida. Atualmente com a forte especulação imobiliária, o solo agricultável começa a se tornar escasso, tendo assumido grande parte dos moradores do bairro a ocupação de trabalhos temporários, sujeitos a sazonalidade

---

<sup>4</sup> Tal metodologia foi pensada segundo as colocações de André (1995) sobre a complexidade do cotidiano da escola.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

do turismo, e de baixa remuneração. Tal situação já traz reflexos ao bairro e à cidade como aumento da violência e problemas decorrentes de uma má alimentação.

### **Disciplina “Estudos Afro”: Confrontando o currículo oficial e o currículo praticado!?**

No meio de toda esta complexidade em que se deu a experiência de aplicação da Lei nas escolas analisadas, a falta de parâmetros que apontassem caminhos para o que seria trabalhado pelos professores em sala de aula foi uma das maiores dificuldades mencionadas pelos professores.

No entanto, segundo A. G., então Coordenador Municipal da disciplina, revelou que há sim uma matriz curricular da disciplina Estudos Afro que aponta conteúdos, metodologias e procedimentos.

De fato as proposições estabelecidas para a disciplina Estudos Afro nos 6º e 7º ano do ensino fundamental, presentes na matriz apresentada pelo entrevistado, representavam um amplo leque de temas/assuntos a serem discutidos no ensino, revendo em alguns momentos a matriz eurocentrada em que a nossa educação está calcada.

Falar da África antes dos Europeus; dos Reinos africanos; de identidade e cultura africana; tratar de história local; racismo e preconceito; falar das lutas; dos quilombos; do Movimento Negro e das políticas afirmativas representa inserção de conteúdos e discussões até então silenciados na escola básica pelas “grades” curriculares das disciplinas convencionais.

Ao se tratar da importância da população negra na civilização egípcia – berço da humanidade; promover a desmistificação da África enquanto *lócus* da pobreza e miséria, ressaltando as cidades e a economia africana significa rever conteúdos, rever a forma que se fala de África o que implica diretamente na construção de subjetividades, da forma que imaginamos os africanos e, conseqüentemente, os afro-descendentes. Pena que, como informado nas escolas, esta Matriz Curricular nunca chegou às mãos dos professores. E por esse motivo cada professor trabalhou “a sua maneira”.

Mesmo mediante práticas e metodologias tão variadas, pôde-se realizar uma síntese do currículo praticado (conteúdos lecionados) pelos professores de Estudos Afro nas duas escolas analisadas. É importante frisar que os pontos de conteúdos colocados



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

não vieram somente da fala dos professores, mas também da análise dos cadernos de seus alunos.

A partir da análise dos materiais percebeu-se um considerável distanciamento do currículo praticado pelos professores em sala de aula para o currículo oficial (prescritivo). Discussões importantes como a história local, o quilombo da Rasa, racismo, as políticas afirmativas e o Movimento Negro não figuraram enquanto conteúdo trabalhado em sala de aula.

No começo da disciplina foi comum a todos os professores, uma vez que têm formação em História, trabalhar eixos cronológicos e os Reinos africanos, porém isto foi feito de forma bastante tópica, mencionando uma ou outra característica, descrevendo um ou outro aspecto, não sendo claro nestes momentos a instauração de um debate mais aprofundado. As poucas vezes que uma relação mais complexa era mencionada eram nos momentos em que apareciam os contatos com a população branca, europeus e árabes os quais eram tidos como os que traziam técnicas de cultivo e comercialização mais aprimoradas.

Somente em dois momentos há um referimento a uma sociedade africana como possuindo uma organização social e econômica, quando se fala dos Reinos de Gana e Mali. Em grande parte a abordagem é feita sobre o estabelecimento de uma contribuição dos povos africanos de forma “folclorizada”, como a dança, a culinária, a música e a religião.

Em outros momentos há uma valorização dos aspectos naturais da África (o que o coordenador municipal da disciplina chamou de “geografia da África”), sobretudo retratando a “África selvagem”, a qual figura no imaginário mundial como lugar exótico, dos animais selvagens, da savana, dos desertos que seriam os responsáveis pela dificuldade de outros povos adentrarem o continente. Em nenhum momento é mencionado que o europeu encontrou resistência dos povos africanos.

E por fim, os quilombos são retratados de maneira simplória como lugar isolado onde os negros se refugiavam da escravidão, não sendo mencionada a história local do quilombo da Rasa.

### **A experiência de aplicação da Lei nas perspectivas dos professores de Geografia e dos alunos**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

E os professores de Geografia como se colocaram neste processo? É importante ressaltar que os professores de Geografia que responderam os questionários e que foram entrevistados são os que lecionam para as mesmas turmas que têm aula de Estudos Afro.

Dos professores entrevistados somente um era concursado e nenhum alegou conhecer a Lei 10.639 e, portanto, não realizam nenhum trabalho para atender às suas demandas.

Cerca de 80% dos professores concordam com o fato de somente professores de história lecionarem a disciplina Estudos Afro, pois eles são “mais aptos” para tratar a questão. Somente 20% acham que a Geografia tem algo a contribuir. Para 75% dos professores o livro didático é o principal material de organização do que vai ser trabalhado nas aulas de Geografia. Sinteticamente, os professores colocaram como pontos comuns entre os conteúdos de Geografia e Estudos Afro: o tráfico negreiro, aspectos sociais, formação do território brasileiro, África, questões demográficas e sociais, globalização e economia”.

No que se refere à proximidade do conteúdo trabalhado em Geografia com a história local, 50% dos professores sabem o que é quilombo, referindo-se a este como “refugio de escravos fugidos em lugar de difícil acesso”, retratando superficialmente o que foram os quilombos, os quais eram muito complexos no que se refere a sua composição social, sua localização e suas relações comerciais. Além disso, 75% dos professores não trabalham nem quilombos nem comunidades remanescentes de quilombos em nenhum momento de suas aulas.

De forma geral, os professores trabalham África segundo os determinados temas: Formação Geológica e relevo; Hidrografia, clima e vegetação; Disponibilidade de água; A colonização; A descolonização; O subdesenvolvimento; Estrutura da população; A urbanização e as cidades; A África Subsaariana e a África Branca. Como era de se esperar, após trabalharem os aspectos físico-naturais como parte introdutória ao conteúdo de África, o Continente exótico e exuberante; esta passa a ser vista a partir da sua relação com a Europa, sendo retratada posteriormente com o fim do julgo imperialista. E aí começa a aparecer a África do subdesenvolvimento, da miséria, da fome, das doenças e das guerras; para então mostrar um outro lado, a “África branca”,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

onde se tem os pequenos surtos de desenvolvimento, onde aparecem cidades, prédios, indústrias, etc.

Portanto, os professores de Geografia acabaram por não realizar nenhum trabalho que aponte para os conteúdos colocados pela Lei 10.639, praticando ainda uma Geografia que contribui para a construção de estereótipos pejorativos em relação ao povo negro e seus espaços.

E como foi o reflexo nos alunos - do 6º e 7º ano do segundo segmento do ensino fundamental das duas escolas analisadas - dessa experiência de aplicação da Lei 10.639? Primeiramente foi solicitado que os alunos se identificassem étnico-racialmente segundo a classificação do IBGE. O intuito era verificar se numa turma onde, para os padrões de relações raciais brasileiros, a composição majoritária era de crianças negras, se eles se identificavam como tal. O resultado foi o seguinte: 29% branco, 17% preto, 54% pardo, 0% amarelo, 0% indígena. Depois foi perguntado se os alunos tinham algum parente que eles classificariam como “preto” e 79% responderam que sim. Grande parte dos alunos tinham pai e/ou mãe pretos e, em alguns casos, usaram termos como “minha mãe é meio escurinha” ou “meu irmão é preto, mas nem tanto”. O que se percebeu é que os alunos viam vários de seus parentes como pretos, mas não se identificavam como tal, tendendo mais a classificarem-se enquanto pardos, muito embora o percentual de pretos tenha sido maior que o nacional que é de 6,9%, segundo dados do IBGE.

Foi perguntado sobre o que eles aprenderam na disciplina estudos Afro. A maioria foram respostas evasivas, iniciando-se com a expressão “sobre os negros”, sempre mencionando negro na 3ª pessoa, como se fossem “os outros”. As outras respostas que mais apareceram foi “sobre o preconceito” e “sobre a escravidão”. Nenhum aluno verificou similaridade dos conteúdos de Geografia com os aprendidos na disciplina Estudos Afro.

Quando perguntado sobre os que eles entendiam sobre África, perdura a visão pejorativa, reducionista, preconceituosa e homogênea. As respostas mais comuns atrelavam a África como o lócus da pobreza, da fome, da miséria, das doenças, da escravidão.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Quando perguntado sobre a religião dos alunos, 67% é evangélica, 5% católica, 23% respondeu que não tem religião e 5% respondeu cristã. Quando perguntado sobre o que eles achavam da música e da religião africana, muitos responderam não gostar e “parece macumba” ou então deram novamente respostas pontuais como “bom” e “legal”, como se não quisessem realmente expressar a sua opinião.

No que se refere à realidade do bairro em que moram, 58% dos alunos não sabem o que é quilombo. O mesmo percentual não sabe o que é Comunidade Remanescente de Quilombo. Os 42% que responderam saber o que é quilombo, o definiram da mesma forma que os professores, como lócus de negros fugidos em locais inóspitos.

Como constatado os alunos não assumem o compartilhamento de uma identidade negro-afrodesendente-quilombola, mesmos os alunos cujos pais e avós integram a Comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa, como no caso do neto da Dona Uya – presidente da comunidade quilombola – que foi um dos que responderam o questionário. Além disso, os alunos dizem não gostar do tema e muitos até mesmo desconhecem a existência de uma comunidade quilombola no bairro em que vivem. A maioria sabe que existe, mas não sabe o que é.

É nesse sentido que é defendido aqui que mais do que atentar para os pontos de conteúdo colocados pela a Lei 10.639, temos que atentar também para a História Local. Nesta perspectiva Goodson (2007), Lopes (2006) e Macedo (2006) nos apontam algumas saídas. O primeiro nos fala de privilegiar o capital narrativo em detrimento do capital simbólico, de modo que a aprendizagem serviria para conhecer mais de si e para a configuração de um projeto identitário. Lopes nos coloca a necessidade de se hibridizar o global e o local, conformando um padrão “glocal”. Da mesma forma, para Macedo o currículo deve ser visto enquanto um espaço-tempo de fronteira, onde culturas globais e locais negociam a sua existência.

Foi pensando nestas considerações que finalizamos este trabalho com uma proposta de aplicação da Lei 10.639 no ensino de Geografia a partir da temática quilombola e da História local. Pois, como nos fala Santos (2009) “ensinar sobre as lutas é ensinar a lutar”, então acredita-se que ao falar sobre as comunidades quilombolas no ensino de Geografia, o professor tanto estará aplicando a Lei 10.639 quanto dando



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

visibilidade a esses movimentos de resistência e de emancipação. E, por outro lado, tratar da História Local irá contribuir para o resgate da memória e preservação da identidade dos alunos.

### **A voz dos silenciados: valorizando a história local como uma proposta de aplicação da Lei 10.639 no Ensino de Geografia**

A partir de meados do século XVII começou a se intensificar a compra de escravos africanos para a região da Ponta dos Búzios, sendo grande parte deles direcionada pra a fazenda Campos Novos, a qual foi fundada nesta mesma época pelos jesuítas (NORBERTO, 1854: 208). A partir daí começam os relatos de moradores do bairro sobre as memórias do cativo e de fugas dos negros cativos. Todos os relatos que virão provém da análise de trabalhos realizados por professores da rede municipal com a comunidade quilombola da Rasa e de relatos colhidos nesta pesquisa.

Há uma referência espacial comum nos relatos dos entrevistados de um lugar que servia de abrigo para os cativos quando estes fugiam das propriedades rurais. Trata-se do que eles chamam de “Praia dos Negros”, hoje conhecida como Praia Gorda. Como ressalta D. Ilma Pereira *“Minha avó falava que os negros se escondiam pelos matos, essas coisas todas, né? Então, saía a noite para roubar algumas coisas nas roças”*.

Segundo os próprios moradores, a maioria dos negros vinham de Angola e de Bantu e desembarcavam na praia da Armação, onde era realizado o comércio legal de escravos; e num ponto da Praia Rasa mais conhecido como “Ponta do Pai Vitório”, onde era realizado o desembarque clandestino dos negros africanos. Registros históricos apontam que o contrabando de escravos na região era regido por José Gonçalves, antigo proprietário de barracão na Boca da Barra, em Cabo Frio. Esse contrabando era realizado na praia que hoje leva o seu nome, Praia de José Gonçalves, e a linhagem dos Gonçalves permanece hoje como os grandes proprietários de terras na região, figurando para os entrevistados como os principais responsáveis da expulsão dos negros de suas terras. Segundo o Sr. Valmir, *“grandes veleiros ancoravam aqui, no Canto do Pai Vitório. O Pai Vitório foi o navio mais tradicional que naquela ocasião encostava aqui (...) era o navio que trazia os escravos. Hoje existe um único pau de pé da antiga ponte que a dezenas e dezenas de anos descarregavam os escravos aqui.”*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A maioria dos escravos após desembarcarem eram vendidos à fazenda Campos Novos, onde ocorria a maior parte dos leilões de escravos que eram distribuídos por fazendas vizinhas.

Segundo a memória dos moradores a maior parte dos negros que fugiam dos maus tratos da fazenda iam para a Praia dos Negros (hoje chamada Praia Gorda), a qual apresenta uma vegetação de mangue, recoberta por pedras e cascalhos (mangue de pedra). Esta praia figura no imaginário dos moradores como o marco inicial do povoamento do quilombo.

Todos os entrevistados vêm nos que moram na Rasa uma relação de familiaridade. Esta característica, segundo eles, vem desde seus antepassados. A grande família de negros, como eles chamam, vivia da agricultura de subsistência (abóbora, cana de açúcar, mandioca, feijão, milho), da pesca artesanal e de uma incomum habilidade de fabricar artefatos de madeira, como violão, cavaquinho e barco. Alguns hábitos se mantêm até hoje, como nos fala o Sr. Luís que vê no costume de seus familiares de pescar à noite uma característica dos escravos fugitivos, que o faziam a fim de não chamar a atenção.

Com a abolição da escravatura, uma parte dos negros passou a ocupar pequenos lotes através do arrendamento, fato que aparece nos relatos: “*trabalhavam três dias por semana nas terras dos patrões.*” A principal atividade era o café, a banana e a extração de madeiras nobres.

Com a decadência da agricultura e a crescente especulação imobiliária, as grandes fazendas foram vendidas para novos proprietários que passaram a empregar grandes extensões de pastos. A mão-de-obra dos negros passou a ser não mais absorvida e estes foram gradativamente expulsos das terras arrendadas. Grandes protagonistas desse processo, apontados pelos moradores, foi a família dos “Gonçalves” que passou a ocupar impropriamente terras de usufruto de diversas gerações de famílias negras.

Fica instaurando então um processo de desterritorialização, marcando uma característica peculiar do quilombo da Rasa – e que persiste hoje na atual comunidade quilombola – que é a não concentração no chamado bairro da Rasa. Ou seja, há a dispersão dessas comunidades, como nos aponta os próprios informantes, por diversas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

localidades como Maria Joaquina, Botafogo e Vila Verde. A Rasa seria, para os entrevistados, um referencial territorial que marca a origem do quilombo, nas imediações da Praia Gorda ou Praia dos Negros, sendo onde se localiza também a sede da comunidade quilombola, na casa da Dona Uya.

O bairro da Rasa se enquadra na situação de um bairro de periferia, recebendo um tratamento diferenciado por parte dos governantes locais que as áreas mais valorizadas do município. Tal situação periférica foi e é sustentada pela mística do isolamento das comunidades quilombolas. Esta concepção fica clara no relato de um padre local ao falar que na Rasa “devido ao isolamento não houve miscigenação, daí os negros da Rasa apresentarem, ainda hoje, a estatura acima da média e a pele bem escura. Tal concepção se instaura como um senso comum dentro do município de ver a situação periférica do bairro da Rasa como uma auto-segregação da comunidade quilombola.

Em diversos momentos ficam marcados nos relatos dos entrevistados situações concretas de racismo vivenciadas pelos sujeitos da Rasa. Dentro do próprio campo religioso, a situação conflituosa está instaurada. Há, segundo os informantes, uma separação entre a “igreja do branco” (Igreja Católica) e a “igreja do negro” (Assembléia de Deus). As igrejas ficam uma em frente à outra. Segundo o Sr. Luís: *“o padre vem de Búzios fazer culto aqui. Daí só o pessoal dos Gonçalves vai à Igreja Católica.*

A questão religiosa, aliás, é uma das causas do abandono de práticas seculares dos negros da Rasa. O Jongo, a capoeira, a Folia de Reis cederam de vez lugar aos cultos das igrejas, sobretudo as protestantes. Os marcos desse processo é contado pelo Sr. Luís que, diga-se de passagem, é pastor da Igreja Assembléia de Deus. Segundo ele *“tenho lembrança forte da primeira igrejinha, que era na casa da minha avó Donária, eu estava com 8 ou 10 anos... certamente era onde tinha o jongo, era a família que cantava o jongo, que tocava o jongo, que o povo dançava... No momento que essa família se tornou evangélica acabou o jongo, nunca mais dançaram o jongo. Logo que a família tornou-se crente o jongo terminou.”* Já o Sr. Valmir recorda-se das Folias de Reis: *“tinha aquelas festas aqui, antigamente. Todos vestidos com aquela roupa, e eu ainda alcancei... até como menino. Um dia me lembro que nós tocamos fogo na amulia, que é a cabeça do animal que eles apanhavam no campo. Aí enfeitava aquela cabeça de jumento, ou de boi, botava dois chifres e fazia aquele cesto, aquele negócio de cipó, né?*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

*E enfeitava ou de sapê ou de papel. Tinha papel de várias cores. Aí enfeitava aquele negócio, e ficava um cara vestido naquilo, também de máscara. Era engraçado aquilo, aí cantava aquele jongo né?... Depois começava o Rei de Boi, o jongo cantando, as mulheres, homens, jovens vestidos com aquelas roupas...”*

É por isso que venho vendo a influência da fé protestante no bairro da Rasa a partir da óptica do branqueamento, nesse sentido mais do território que da população, uma vez que as práticas religiosas e manifestações culturais de matrizes afro-descendentes foram substituídas por práticas de matrizes euro-descendentes. A política de branqueamento<sup>5</sup> se instaurava, sobretudo próximo às configurações quilombolas, espaços tidos como ilegais por contrariarem a lógica escravista.

No entanto a fé cristã não é o único fator de abandono e mudança na prática cotidiana dos moradores da Rasa. A própria modernização, segundo os entrevistados, com a incorporação de outros modos de ser, pensar, agir, se vestir, etc. foi tornando essas práticas “cafonas”, como nos diz o Sr. Valmir. A agricultura de subsistência foi praticamente abandonada, da mesma forma que a pesca artesanal. Como nos diz Dona Teresa, 81 anos, “*naquela época as mulheres só comiam peixe fresco e vivem 100 anos. Nada ia pro congelador, isso faz muito mal.*” Vê-se que até a forma de se alimentar foi modificada e as pessoas mais idosas se ressentem pela falta de espaço para o cultivo da lavoura. Quase todos os entrevistados se queixam e denunciam o processo de expulsão das terras onde originalmente moravam. Com a crescente especulação imobiliária e o avanço dos grandes proprietários rurais, eles ficaram confinados a pequenos terrenos, onde até a produção para subsistência é inviável.

---

<sup>5</sup> Como nos aponta Santos (2009) a política de branqueamento foi iniciada no século XIX, tendo se espalhado pelo território brasileiro principalmente pelo medo das elites brancas que se repetisse aqui o ocorrido no Haiti, onde os escravos liderados por Toussaint L’Ouverture promoveram o que hoje é chamada de dupla emancipação, onde eles romperam com o colonialismo e com a colonialidade ao expulsar a população branca do território haitiano. Sobre as estratégias de branqueamento, Santos (2009) aponta o seguinte:

“A política de branqueamento da população, guarda profundas controvérsias. Primeiramente, há controvérsias acerca das estratégias: grande parte das narrativas concentram-se na política de imigração, não contemplando as violências físicas (extermínio e subjugação de seres humanos através de confrontos armados), políticas (eliminação da representatividade e do poder dos grupos não brancos), psicológicas (inculcação de sentimentos de superioridade e inferioridade com base em pertencimento racial) e culturais (eliminação e inferiorização de práticas manifestações, comportamentos, etc.).” (SANTOS, 2009: 58)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A comunidade remanescente do quilombo da Rasa foi reconhecida pelo Governo Federal, mas as terras não foram ainda distribuídas. O que houve foi uma demarcação territorial, mas não há, por enquanto, o loteamento por família. As áreas demarcadas são: cruzeiro, Alta da Rasa e parte da Marina (topo de morro). Ocorre que a especulação imobiliária não espera, e essas áreas vão sendo progressivamente ocupadas, em alguns pontos até por condomínios de classe média.

Toda essa transformação vivida hoje pelo bairro da Rasa, e isso é unânime entre os entrevistados, remontam acerca de menos de 30 anos. Como fatores principais dessas transformações, podemos apontar a construção de estradas que deram início ao tráfego de linhas de ônibus regulares, ligando a Rasa à Cabo Frio e à Búzios; o incremento do turismo e a projeção de Búzios nacional e internacionalmente, modificando o ritmo e as formas de vida dessas pessoas e a intensificação da especulação imobiliária.

Assim esses sujeitos nos contaram a História da Rasa, encarada a partir do seu ponto de vista. Assim foi e vem sendo configurada a sua Geografia, num momento, o qual ainda está por se constituir, de r-existência. Embora fronteiras espaço-temporais tenham se tornado menos relevantes (eles vivenciam o espaço e o tempo de maneiras completamente diferentes que anteriormente), há fronteiras étnicas bem demarcadas, apontando para uma trajetória histórica comum, enquanto descendentes de quilombolas; necessitando ainda de um resgate da memória e da identidade, dos símbolos e dos significados que constituem as suas formas de ser/estar num sistema-mundo moderno-colonial.

## **5 – Considerações Finais**

Através desta pesquisa foi possível verificar quão complexa é a questão da aplicação da Lei 10.639 nas escolas brasileiras. Mesmo em lugares em que ela é de alguma forma trabalhada há uma coalizão de forças e fatores que faz com que esta Lei não tenha de fato “pegado”. E os motivos são variados: falta de comprometimento de alguns professores; a própria forma como o trabalho docente é organizado, onde o professor necessita trabalhar em escolas diferentes para manter um padrão de vida; a relação de trabalho, onde todos os professores de Estudos Afro são contratados; o fato de não ter uma reunião prévia entre Secretaria de Educação, a equipe pedagógica das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

escolas e os professores da disciplina, estabelecendo metas, o que seria trabalhado e as formas de avaliação; a não existência de um acompanhamento pedagógico nas escolas, a não disponibilidade de materiais e, principalmente, a resistência da comunidade escolar ao tema por conta de suas convicções religiosas.

Essas implicações fazem com temas e conteúdos referentes à questão racial não sejam trabalhados e debatidos com os alunos; fazem com que haja um pacto nas escolas que se configura enquanto resistência a aplicação da Lei 10.639, mesmo após oito anos de sua aprovação.

O caso analisado por esta pesquisa contraria, de certa forma, a postura hegemônica nas escolas. Em Armação dos Búzios houve uma tentativa oficial de aplicação da Lei, que, no entanto, foi mal sucedida de acordo com os próprios professores e membros da Secretaria de Educação, sendo então a disciplina extinta neste ano de 2010.

Percebe-se que ainda há muito por fazer, seja nas prescrições, seja na prática cotidiana dos professores. Embora a Lei tenha sido aprovada para a escola básica, é marcante a ausência dessas discussões na academia, sobre tudo nos cursos de Licenciatura, o qual forma os aplicadores da Lei na escola básica. Além disso, não há nenhum mecanismo de avaliação e de acompanhamento da aplicação da Lei nas escolas. Portanto há uma situação de completa “frouxidão”, onde maioria não trabalha a Lei e outros fazem de forma equivocada, descompromissada e não sistemática.

Diante desta realidade de total acomodação, se faz cada vez mais necessário encontrar saídas, formular propostas para que a Lei seja aplicada nas diferentes disciplinas. Como sugestão propomos a discussão realizada neste trabalho, de ver o currículo como fronteira espaço-temporal onde saberes globais e locais negociam a sua existência. Trabalhar a história local pode ser uma boa linha de crítica ao eurocentrismo e à constituição de visões mais plurais.

## REFERÊNCIAS

- **ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de.** Etnografia da prática escolar – Campinas, SP: Papirus, 1995.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

- **GROSGOUEL, Ramón.** Descolonizando los paradigmas de la economía-política: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. 2005, Disponível em: [http://www.grupalfa.com.br/arquivos/Congresso\\_trabalhosII/palestras/Ramon.pdf](http://www.grupalfa.com.br/arquivos/Congresso_trabalhosII/palestras/Ramon.pdf)
  
- **IVOR, Goodson.** Currículo, narrativa e o futuro social. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago. 2007
  
- **LACOSTES, Ives.** A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas/SP: Papyrus, 1988.
  
- **LOPES, Alice Casimiro.** Discursos nas políticas de currículo. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006
  
- **MACEDO, Elizabeth.** Currículo: Política, Cultura e Poder – Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006
  
- **MIGNOLO, Walter.** Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica *In* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.
  
- **NORBERTO, Joaquim.** Memória histórica e documentada das aldeias de índios do Rio de Janeiro – Revista do IHGB, n. 14, 3ª série.
  
- **OSLENDER, Ulrich.** Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una “espacialidad de resistencia”. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona – Vol. VI, num. 115, 1 de junio de 2002.
  
- **Pereira, Amauri.** Quem não pode atalhar, arroteia!: reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores agentes da Lei 10.639/03. Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da ANPUR. Caxambu, 2007.
  
- **PORTO-GONÇALVES, C. W.** A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. *In*: SEOANE, J. Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 261-277.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

- **SANTOS, Boa Ventura S.** Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 2000.
- **SANTOS, Milton.** A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2001.
- **SANTOS, Renato Emerson N. dos.** Rediscutindo o Ensino de Geografia: Temas da Lei 10.639. 2009 (Mimeo)